

Investigação de citados provoca crise na Câmara

LUIZA DAMÉ

A sugestão da CPI do Orçamento para que a Câmara continue as investigações em torno de 13 deputados provocou uma crise entre a presidência e a corregedoria da Casa. O presidente Inocêncio Oliveira criou uma Comissão Especial de Sindicância, coordenada pelo corregedor, deputado Fernando Lyra. Surpreendido pela decisão, Lyra criticou o relatório da CPI e disse que não aceitava presidir a comissão. "Não posso assumir a presidência de uma comissão que, em tese, sou contra", afirmou. Mesmo sem ter sido oficialmente comunicado da posição do corregedor, Inocêncio anunciou que vai escolher outro nome.

"Eu respeito decisões unilaterais", desabafou Inocêncio, que considera estar cumprindo o seu dever de presidente ao constituir a comissão, indicar seus membros, o presidente e o relator. "A comissão foi criada para dar sustentação política ao corregedor", explicou Inocêncio. Embora admita discutir sua posição da reunião da mesa que acontece hoje, Lyra disse que a corregedoria não deve fazer julgamento político dos parlamentares, depois que a CPI não concluiu as investigações. "Acho que foi uma falha da CPI sugerir a continuidade das investigações", alertou.

Sigilo — O corregedor tem dúvidas sobre o nível de investigações que poderá ser feito pela Corregedoria ou pela Comissão de Sindicância. Segundo ele, a Corregedoria não tem poderes para pedir quebra de sigilo bancário e fiscal e a

Comissão de Constituição e Justiça é o órgão adequado para examinar a documentação da CPI do Orçamento. Inocêncio Oliveira lembrou que, além de o sigilo bancário e fiscal dos parlamentares já estar quebrado, se for necessário, a Corregedoria pode pedir à mesa da Câmara que submeta ao plenário.

A resistência de Lyra — que chegou a duvidar de que o relator, deputado Roberto Magalhães, sugerisse a cassação do deputado Ricardo Fiúza — é com o relatório final da CPI do Orçamento. "O relatório tem falhas muito graves, como o envio de parlamentares para dois lugares", argumentou Lyra, citando o exemplo do deputado José Carlos Aleluia, que teve duas sentenças — posteriormente modificadas. Para o corregedor, o relatório é dubio, mas ele está disposto a corrigi-lo "para que a instituição seja preservada". Na opinião do corregedor, Magalhães deveria ter pedido mais 72 horas para concluir o relatório e evitar essas falhas.

Indicado para relatar os trabalhos da Comissão Especial de Sindicância, o deputado Vital do Rêgo — procurador parlamentar da Câmara — tem opinião contrária à de Lyra. Ele entende que a comissão vai completar o trabalho que a CPI não pode fazer e espera que em 30 dias as investigações sejam concluídas. Assim, ressaltou Vital do Rêgo, o julgamento desses parlamentares poderá ser feito pela CCJ, na sequência dos que já têm sugestão de cassação. O vice-presidente da CPI do Orçamento, deputado Odaí Klein, também apoiou a decisão de Inocêncio Oliveira.

Raimundo Paccó



Dutra (esq.) quer ficar na CCJ. Inocêncio e Lyra entram em colisão